

## **PodCRESS Rio - Questão agrária no Brasil**

PodCRESS, o podcast do CRESS Rio de Janeiro. Em pauta temas transversais ao Serviço Social. Nesta edição, o assistente social José Hamilton de Almeida, fala sobre a questão agrária no Brasil.

Olá, o meu nome é José Hamilton de Almeida. Atualmente eu moro na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, sou filho de assentados da reforma agrária pelo MST no interior do Estado de São Paulo e formado em Serviço Social. Me graduei em Serviço Social pelo Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2016. Eu fui assistente social do CRAS de Gonzaga, um pequeno município situado no interior do Estado de Minas Gerais entre os anos de 2016 e 2017. Sai de lá neste mesmo ano para ingressar no programa de Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde me formei em 2019. Nesta Universidade, eu também fui Professor Substituto de 2019 a 2021. Atualmente eu estou no programa de pós-graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

A UERJ, na qual eu tô finalizando o doutorado. Também sou bolsista da Capes e desde a graduação tenho me dedicado ao estudo da questão agrária no Brasil em relação com a questão social. Eu gostaria de, fraternalmente, agradecer ao convite do CRESS do Rio de Janeiro e dizer que é uma satisfação enorme para mim poder participar deste belíssimo projeto que é o PodCRESS. Neste podcast, nós falaremos a respeito do que é a reforma agrária, dos seus avanços e retrocessos no Brasil e da importância dos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras rurais na busca por sua realização. Vamos lá!

Olha ao contrário da reforma agrária clássica, né? Que como vimos é fruto de uma demanda da própria burguesia no seu momento revolucionário, no Brasil de hoje a reforma agrária se apresenta como uma demanda sobretudo da classe trabalhadora. Isto quer dizer que ela interessa muito mais aos trabalhadores e às trabalhadoras brasileiras do que à burguesia em si, enquanto um processo de consolidação de relações capitalistas.

Justamente por isso é a reforma agrária popular que os movimentos sociais brasileiros preconizam. Bem hoje, há inclusive inúmeros adeptos de cunho evidentemente conservador ou reacionário de que não existiria mais uma questão agrária no Brasil e de que isto dispensaria a necessidade de uma reforma agrária entre nós.

Bem, ao nosso ver, de fato, a questão agrária não existiria apenas se não houvesse a sua desnudação, o seu escancaramento cotidiano, não é? Pelos sujeitos que são explorados, pelos sujeitos que lutam e se organizam no campo brasileiro.

No Brasil, neste sentido, são os trabalhadores e as trabalhadoras pobres do campo, como os sem terras, assalariados rurais, desempregados, indígenas, quilombolas, mulheres camponesas, quebradeiras de coco, dentre muitos outros sujeitos. São eles que põem foco à questão agrária e dão visibilidade à sua perversa existência, ao contrário das teses conservadoras. Então do ponto de vista da visibilidade da questão agrária no Brasil e da necessidade de uma reforma agrária, estes movimentos têm demonstrado a sua necessidade, lutando contra a expropriação que sofrem, lutando contra a sua exploração e a violência dos latifundiários e dos empresários, que como é sabido entre nós perpetua

historicamente no país. Por isso, quando falamos da importância dos movimentos sociais no Brasil, diríamos que eles têm sido e continuam a ser a principal força capaz de impulsionar positivamente a reforma agrária entre nós.

Assim, pois, ainda que tenhamos que concordar com inúmeros analistas de que nunca houve uma reforma agrária no Brasil, mas sim o que houve foi uma limitada política de assentamentos, executadas aí por diferentes governos, nós temos também que reconhecer por outro lado que não fosse a luta desse sujeitos que brotam desde a escravidão como dos movimentos, associações, sindicatos das ligas camponesas, das uniões e confederações de trabalhadores agrícolas e até mesmo de alguns partidos políticos que estiveram ao lado dos camponeses no Brasil. Não fosse essa ampla movimentação, provavelmente não teríamos conquistado o Estatuto da Terra em 1964, provavelmente não haveria o princípio de uma função social para o uso da terra, não haveria leis de reforma agrária previstas na Constituição Federal de 1988, provavelmente não haveria também a institucionalização, por mais precária que seja, para a implantação de políticas de assentamento. Não haveria assentamentos legais reconhecidos pelo estado, por mais que muitos deles também precisam de melhorias.

Hoje são em torno de mais de 9 mil assentamentos existentes em todo o Brasil, onde vivem pouco mais de 1 milhão de famílias. Deste modo, sendo a reforma agrária no Brasil uma demanda muito mais da classe trabalhadora do que da burguesia, o seu sucesso ou fracasso depende necessariamente da força e do modo com que esta classe consegue se organizar e lutar também por seus interesses e direitos. E isto é a própria história que mostra.

Para isso, ou seja, para que a reforma agrária venha a avançar no Brasil, a organização da luta no campo e a organização dos trabalhadores e trabalhadores rurais, ao lado dos trabalhadores e trabalhadores urbanos, empregados, desempregados, subempregados, intermitentes precarizados, etc, é imprescindível e desta aliança dependerá também a reforma agrária para sair do retrocesso e, finalmente, quem sabe, como dissemos, poder avançar.

Olha, em primeiro lugar nós começamos com uma constatação trágica reconhecendo que não há praticamente nenhum avanço em termos de reforma agrária atualmente, mas apenas retrocesso. Lembramos que o golpe político de 2016 não foi um golpe somente contra a democracia no Brasil, mas foi também um golpe contra a reforma agrária e a política de assentamentos entre nós.

Então quando falamos de avanços e retrocessos da reforma agrária no Brasil e em especial na atual conjuntura, lembramos que o auge da linha progressiva da reforma agrária neste país ela teve o seu pico máximo em 2006, quando foram assentadas em torno de 136 mil famílias sob então o governo Lula e a partir daí esta linha entra em declínio, diminuindo nos anos subsequentes até praticamente zerar sobre o governo de Jair Bolsonaro. Não é um caminho semelhante a este, passarão também as instituições e os recursos orçamentários destinados à reforma agrária no Brasil.

Soma-se aí também, nesses fatores de retrocesso da reforma agrária no Brasil a extinção do MDA em 2016 pelo então ilegítimo governo de Michel Temer. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. E hoje sob o governo de Bolsonaro, o orçamento é quase zero para aquisição de terras e reforma agrária no Brasil conforme registra inclusive a lei orçamentária anual. E para se ter uma ideia desses dados e sinalizarmos esse retrocesso, lembramos que enquanto que em 2015 contava-se com algo em torno de 800 milhões de reais para aquisição de terras, em 2022 o recurso está rebaixado à miserável casa dos 2,4 milhões de reais, apenas. Um valor que se fossemos comparar, seria insuficiente sequer para comprar uma fazenda em torno de 100 hectares no interior de São Paulo.

Então como fazer reforma agrária com o recurso desses? Somam-se ainda outras restrições, como por exemplo os cortes no plano de aquisição de alimentos, os cortes realizados no plano nacional de alimentação escolar, que favoreciam os trabalhadores do campo assentados de reforma agrária e agricultores familiares. Há ainda, a ausência de vistorias e da desapropriação de terras, a não demarcação das terras indígenas e o aumento dos conflitos nessas áreas. Há o avanço do agronegócio, das queimadas, do desflorestamento, da mineração e extração ilegal dos recursos naturais da Amazônia, inclusive dentro dos já reconhecidos territórios indígenas. Há o aumento da violência, das chacinas, dos massacres e assassinatos no campo, o aumento do trabalho escravo, conforme registra a Comissão Pastoral da Terra. Há ainda, o não assentamento das mais de cem mil famílias acampadas pelo Brasil, conforme denuncia o Movimento Sem Terra. Houve a realização de despejos em plena pandemia. E além disso nós presenciamos a plena ausência de políticas públicas que favoreçam às mulheres e aos jovens, além da desinstitucionalização da reforma agrária, a exemplo do enfraquecimento do INCRA do Ibama e da FUNAI e o desfinanciamento da política de assentamentos.

Com isso, veja bem, nós percebemos que a reforma agrária que já vinha em descenso devido a diversos fatores, seja de ordem econômica ou política, frutos também da expansão neoliberal e do agronegócio que atravessam os distintos governos, nós vemos que a reforma agrária recebeu um golpe quase de morte sob o governo de Michel Temer de Bolsonaro, fatos que foram ainda agravados com a pandemia da covid-19. Vale lembrar que o atual presidente é representante ainda absoluto dos interesses dos latifundiários no país, ou seja, dos ruralistas, dos armamentistas, contra pobres, dos militares, conservadores, todos os entusiastas do golpe de 1964, que como bem sabemos já foi também à sua época um Golpe não apenas contra toda a sociedade e a democracia brasileira, mas também um golpe contra a própria reforma agrária que vinha ali em curso na década de 1960.

Por isso, diante da desgraça social na qual a elite e o atual governo colocaram o Brasil, temos que nos pôr em defesa da reforma agrária que já vinha em declínio. Portanto, o que nós estamos sinalizando é que o momento é mais de resistência, o momento é mais de perdas e retrocessos, do que de avanços. Uma análise pessimista, mas é também ao mesmo tempo uma análise realista, então este processo de retrocesso de reforma agrária, conforme mostra a história, ele só pode ser revertido diante de uma ampla e massiva organização dos trabalhadores e das trabalhadoras no país, além de uma ampla e massiva organização de todos aqueles e aquelas que estejam comprometidos e comprometidas com o futuro da humanidade.

Ao serviço social, finalmente ao serviço social, e mais especificamente às assistentes e aos assistentes sociais, interessa também diretamente a reforma agrária, pois ela significa a expansão dos direitos, ela significa expansão de cidadania, da democracia e da busca pela emancipação econômica, política e social. Seja de classe, de raça, gênero, etnia, orientação sexual e de todas as formas de exploração e opressão que se possam verificar. Neste sentido, a defesa da reforma agrária é uníssona com o nosso projeto ético político. Além do mais no Brasil, a questão agrária está nas raízes também na nossa questão social, assim compreendê-la contribui para a compreensão da própria questão social, cujas expressões concretas que são frutos da concentração fundiária e da concentração da riqueza difundidas evidentemente pelo capitalismo, como a fome, o desemprego, a saúde precária, moradia ruim ou inexistente, ou seja, toda a penúria da classe trabalhadora que torna-se também objetos da intervenção profissional das assistentes e dos assistentes sociais.

Portanto, é fundamental que continuemos defendendo também a reforma agrária junto aos movimentos sociais e à população trabalhadora de modo geral. Assim também como devemos atuar na defesa da demarcação das terras indígenas e manifestar o nosso repúdio à tese do Marco temporal. Devemos atuar pela regularização das terras quilombolas, na reivindicação de que todos esses sujeitos possam dispor de políticas públicas estáveis, suficientes e permanentes de garantia de vida e de dignidade. Devemos atuar, portanto, na defesa da agroecologia como novo modo de produzir e viver, e com ela o estabelecimento de um metabolismo saudável e sustentável entre o humano e a natureza. No qual o ser humano, sem dúvidas, precisa muito mais do que a natureza.

Se fossemos definir a reforma agrária com poucas palavras, poderíamos dizer simplesmente que ela se trata de democratizar a terra, o que vem a se tornar evidentemente um desafio enorme no Brasil, neste que é um dos países mais desiguais do mundo em termos de concentração fundiária. Além disso, para que esta frase “democratizar a terra”, possa ter um sentido pleno, é necessário compreendermos ainda aqui dentro dessa expressão “democratizar” estão implicadas todas as condições, meios e objetivos que digam respeito à democracia, logo à concepção de um estado democrático de direito, tal como inclusive encontra-se estabelecido em nossa carta constitucional de 1988.

Quando falamos também de reforma agrária, estamos falando de direitos humanos. Falamos de vida digna, de educação, saúde, de moradia, terra, créditos, incentivo agrícolas adequados. Estamos falando, sobretudo, de produção e acesso à alimentação saudável, falamos de transporte público e de qualidade, além de infraestrutura para a população que vive e trabalha no meio rural. É necessário lembrarmos, quando falamos de reforma agrária para fazermos alguma comparação, de que nos países onde houve a chamada reforma agrária clássica desde o século XIX, com algumas experiências no século 20, a exemplo do que ocorreu na França e outros países da Europa, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, naquelas experiências a terra foi amplamente distribuída entre os camponeses e isso cumpriu um papel importantíssimo para o desenvolvimento da classe operária urbana um benefício da própria burguesia, então a reforma agrária ajudou a consolidar a Revolução Industrial e ajudou a consolidar a própria sociedade burguesa no seu momento revolucionário.

Ocorre que no Brasil não houve uma reforma agrária, e isso é pactuado por muitos estudiosos da nossa estrutura fundiária brasileira e nós ainda lutamos pela reforma agrária no Brasil.

Aliás, dadas as condições econômicas e sociopolíticas atuais dos movimentos sociais brasileiros e especialmente os movimentos que fazem parte da Via Campesina, como é o caso do MST, do MPA, do MMC, do MAB, não é? Ou seja, o movimento sem terra, o movimento dos pequenos agricultores, o movimento de mulheres camponesas, o movimento de atingidos por barragens, além de muitas outras organizações, elas têm defendido a reforma agrária popular. A reforma agrária popular, do ponto de vista do seu conceito, aponta para a necessidade da ação conjunta entre os diversos movimentos organizados existentes no país e o Estado, e contando ainda com um governo, né? A reforma agrária popular contaria ainda com o governo de compromissos, com os trabalhadores e com os trabalhadores, que deveria colocar aparato jurídicos, institucionais e financeiros à disposição da reforma agrária

Neste caso, o estado veja bem contando com a colaboração das organizações populares se tornaria agente da reforma agrária. E deste modo realizaria a ampla distribuição de terras demandadas socialmente, tanto condições de produção e de vida a essas mais de 4 milhões de famílias sem terras ou com pouca terra e existem no Brasil, que vivem e trabalham no campo atualmente.

Nesse sentido, resultaria daí a criação e ampliação de créditos agrícolas e especiais destinado ao público da reforma agrária, resultaria deste plano a disposição de assistência técnica de qualidade para as famílias assentadas, incentivo a agroindústria, extensão dos direitos no campo, a garantia de condições de moradia digna com saneamento básico, eletricidade, infraestrutura, como estradas de qualidade. além de buscar também a construção de Escola de Educação do campo e de creches, a criação ou expansão de programas de incentivo à emancipação Econômica social e política feminina, Políticas de incentivo à juventude que vive ou que queira continuar vivendo no campo, assim como políticas voltadas para o bem-estar do Idoso. Resultaria também deste plano de reforma agrária Popular veja bem, o investimento na pesquisa e tecnologia na extensão e ensino em práticas de uma agricultura sustentável sustentável humana e ecologicamente. Portanto, contra a agricultura predatória capitalista, ou seja, contra o agronegócio, os movimentos sociais populares, os movimentos organizados hoje no Brasil têm defendido a agroecologia como novo modo de produzir e de viver no campo.

Eles defendem portanto a agroecologia, a qual inclusive já é praticada por muitos agricultores e por muitas agricultoras nos assentamentos rurais e termina por favorecer uma considerável rede de consumidores. Em linhas gerais, é fundamentalmente disso que se trata a reforma agrária atualmente..

Assim, contra a concentração fundiária, as desigualdades e a injustiça que a acompanham, contra o latifúndio, o desmatamento, a degradação ambiental e o agronegócio, contra a expropriação das terras indígenas e o desrespeito aos territórios quilombolas, contra o avanço do agronegócio, das queimadas, do desmatamento, da mineração e da extração ilegal dos recursos naturais, contra a sanguinária violência, chacinas, massacres, assassinatos e o trabalho escravo no Brasil. Enfim contra a violência da Elite do Estado

brasileiros a reforma agrária por vida digna por saúde por educação de qualidade Universal e gratuita em todos os seus níveis, por escolas de Educação do campo, creches, alimentação saudável e diversificada, por infraestrutura no meio Rural, pela agroecologia e pela soberania alimentar em benefício do campo e da cidade, enfim, por novas relações humanas e com a natureza que estejam orientadas para o horizonte da emancipação e ao lado de todas as lutas da classe trabalhadora no Brasil a reforma . Assim, lutar por ela é preciso, lutar pela reforma agrária no Brasil é imprescindível. Muito obrigado e um grande abraço a todos e todas vocês.

PodCRESS, o podcast do Rio de Janeiro. O material divulgado neste podcast podem ser reproduzido integral ou parcialmente, desde que sejam respeitados os créditos das autoras e autores e do próprio Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro. Produção CRESS 7ª Região. Música tema, Rio Funk, de Alex Native.